



"PACOTE DE MALDADES" CONTRA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ

Os **TÉCNICOS AGRÍCOLAS**, servidores públicos do Estado do Paraná, correm o risco de perder o quinquênio e anuênio, dentre outros direitos conquistados ao longo dos anos e com muita luta. Entre as possíveis perdas, também se destacam o não pagamento do terço das férias, além da transferência da reserva do fundo da Previdência, na ordem de R\$ 8 bilhões, para um fundo financeiro, que visa o pagamento de tudo que está em atraso pelo Governo do Estado.

Estas e outras "maldades" estão na Mensagem n. 1-2015 enviada pelo governador do Paraná à Assembleia Legislativa, que só não foi votada, no dia 10.02.15, devido à manifestação dos professores e outras categorias de servidores que se uniram para protestar contra a votação do tal "pacote de maldades". Pois, o projeto de lei, que foi enviado para a Assembleia Legislativa atinge diretamente todos os servidores públicos do Estado.

Com as manifestações, principalmente dos professores, o Governo recuou na sua proposta inicial, e diz, através de seu representante na Assembleia, ter retirado da pauta de votação, ou seja, afirma ter mantido o quinquênio (pagamento por tempo de serviço), o anuênio (que no projeto passaria de 5% ao ano para 0,1% ano), auxílio-transporte, continuação do PDE nos avanços e promoções.

Em relação à Previdência, a retirada desse montante de R\$ 8 bilhões reflete diretamente na aposentadoria dos professores e demais servidores do Estado. Pois, são recursos acumulados em, praticamente, 30 anos e o objetivo é permitir que o Governo utilize o valor para pagamento de dívidas e da folha, gerando assim o fim da Paranaprevidência. Portanto, é um recurso de propriedade do funcionalismo público estadual, que garantirá o pagamento da aposentadoria dos servidores e o bem-estar de suas famílias e que não pode ser usado pelo Governo do Estado para sanar sua má gestão.

O **SINTEA-PR** e a **ATAEPAR** estão solidários aos servidores públicos do Estado. É fundamental manter a mobilização e, para isso, contamos com vocês **SERVIDORES** para convencer o seu deputado e reverter o "pacote de maldades" que vem devastar o funcionalismo do Estado e se aprovado pelos deputados será um crime não só contra o funcionalismo estadual, mas contra todos os **PARANAENSES**.

FALTA DE GESTÃO

A indignação é de todos os servidores. Pois, desde o início de 2014 o governo não realiza o desenvolvimento nas carreiras do QPPE (progressão e promoção); não contribui com enquadramento funcionais; não pagou o terço constitucional de férias; comprometeu o funcionamento do SAS e o atendimento dos servidores e seus familiares.

A falta de gestão está marcando presença em todos os setores e para sanar a incompetência administrativa, o Governo quer tirar os direitos dos servidores.

"TARIFAÇÃO" DE NATAL

É importante lembrar que em dezembro, o governador Beto Richa (PSDB), apresentou um "pacote" de medidas. Entre eles, o aumento do IPVA para automóveis; a extinção de três secretarias – Assuntos da Comunidade, Indústria e Comércio e do Trabalho; o aumento da alíquota do **ICMS** sobre a gasolina, que impactou produtos como medicamentos, gasolina, material escolar, roupas, móveis e eletrodomésticos

O "pacote de Natal" trouxe diversas outras mudanças como também vale lembrar as mudanças na previdência, onde servidores aposentados agora terão que contribuir com o regime.

Não bastou o "tarifação" de natal para prejudicar a população, agora veio o "pacote de maldades" que atinge diretamente os servidores estaduais. É preciso lutar para que não tenhamos mais "**surpresinhas**" do Governo.

PACOTAÇÃO É RETIRADO DE VOTAÇÃO

Depois de um dia tenso e com muitas manifestações dos professores e demais funcionários públicos, foi retirado de votação o "pacote de maldades", no dia 12.02.15. Porém, isso não quer dizer que o Governo desistiu de destruir os direitos do funcionalismo público, mas apenas que se rendeu momentaneamente.

Apesar da retirada dos projetos, os professores mantêm a greve, pois exigem, também que o terço de férias, atrasado desde dezembro, e a rescisão do professores (regime PSS) sejam pagos.

MENSAGEM: "O Secretário-Chefe da Casa Civil vem por desta solicitar a retirada dos projetos PLC 06/2015 e PLO 60/2015 para reexame, em virtude das manifestações ocorridas, também para garantir a integridade física e segurança das senhoras e senhores parlamentares". Esse foi o comunicado enviado pelo Governo Estado que encerrou a sessão.



GOVERNO APRESENTA ALTERAÇÕES NOS PROJETOS DE LEI. GREVE CONTINUA

O governo alterou proposta de lei, porém, os(as) servidores(as) exigem retirada integral de projetos

Encerrou há pouco a reunião entre as representações do Fórum das Entidades Sindicais (PR) e do governo do Estado. O tema da conversa, que ocorreu na sala do líder do governo na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), o deputado Luiz Cláudio Romanelli, foi a proposta feita pelo governo: de alterar os projetos de lei complementar 06/2015 e o 60/2015 (veja o quadro abaixo). **Na proposta, o governo não abre mão do projeto que trata da ParanaPrevidencia e que permite que o governo tenha acesso a R\$ 8 bilhões para pagamento das atuais aposentadorias.**

Diante desse posicionamento, a APP-Sindicato definiu que a **GREVE GERAL DA EDUCAÇÃO CONTINUA**. “Há outros pontos na pauta aprovada no sábado, dia 7, em Guarapuava. Exigimos a abertura de uma mesa de negociação que trate da organização da escola e reestabeleça o diálogo”, reitera o presidente da entidade, professor Hermes Leão (veja a pauta da greve abaixo). **De acordo com ele, agora, mais do que nunca, é o momento de a categoria pressionar os(as) deputados(as) estaduais que ainda não se posicionaram sobre como votarão as propostas.**

Pelo governo, participaram da reunião, além de Romanelli, Alexandre Cury e o chefe da Casa Civil Eduardo Sciarra. Pela APP-Sindicato estavam presentes o presidente da entidade, professor Hermes Leão, o secretário de Assuntos Jurídicos Mário Sérgio Ferreira de Souza, a secretária de Finanças, professora Marlei Fernandes de Carvalho e o deputado estadual, e ex-presidente da APP, Professor Lemos. Veja quais foram as propostas apresentadas pelo governo para retirada dos projetos que tramitam na Alep:

GOVERNO ABRE MÃO:

Projeto que está na ALEP	Nova proposição
Acaba com o quinquênio e reduz o anuênio de 5% para 0,1%	Ficam mantidos os adicionais por tempo de Serviço (quinquênios e anuênios)
Limitava o valor do auxílio transporte a cerca de R\$ 360,00 e retirava a indexação. PSS também teriam direito a este valor, mesmo com 40 horas	Manutenção do auxílio transporte para professores e funcionários na forma como já consta nos planos de carreira
Retirava formas de progressão e promoção na carreira de professores e funcionários	Manutenção das progressões e promoções
Extinguia PDE	Manutenção do PDE

PAUTA DA GREVE

1. Retirada ou rejeição dos projetos de lei PLC 06/2015 e o 60/2015 (a nomenclatura que receberam as duas mensagens enviadas pelo governador à Assembleia Legislativa do Paraná na última semana);
2. Pagamento imediato dos salários em atraso (PSS, 1/3 de férias, auxílio alimentação, conveniadas);
3. Retomada das negociações sobre os temas educacionais e a organização escolar;
4. Retomada do Porte das Escolas (tendo como referência mínima dezembro de 2014).

PONTOS IMEDIATOS PARA NEGOCIAÇÃO

1. Retomada imediata dos projetos educacionais e programas;
2. Abertura e reabertura de turmas/matriculas, contra a superlotação das salas de aulas;
3. Nomeados(as) de todos(as) os(as) concursados(as).

As informações desta página foram retiradas dos site da APP Sindicato
<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=11010> - em 11.02.2015